

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezado(s) Senhor(es),

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Vivo Pay Sociedade de Crédito S.A. (“Vivo Pay SCD”), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024. Em 2 de setembro de 2024, a Vivo Pay SCD recebeu a autorização do Banco Central do Brasil (“BACEN”) para operar como Sociedade de Crédito Direto (“SCD”) conforme Resolução 5050/22, sendo constituída em 30 de setembro, através de seu registro de CNPJ. Até o encerramento das demonstrações financeiras, a Vivo Pay SCD encontra-se em fase pré-operacional, tendo neste período realizado aplicações financeiras com recursos próprios em Títulos e Valores Mobiliários (“TVM”), gerando uma receita financeira de R\$333 mil. A Vivo Pay SCD segue os padrões definidos pelo BACEN e pela legislação aplicável às Sociedades Anônimas para divulgação dos seus resultados contábeis.

São Paulo, 24 de março de 2025
A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL

Período findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2024
Ativo Circulante		14.942	Passivo Circulante		1.294
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.942	Pessoal, encargos e benefícios sociais	9	383
			Fornecedores		
			Imposto de renda e contribuição social a recolher		20
			Patrimônio Líquido		13.648
			Capital Social	5.a	4.700
			Capital social em aprovação	5.b	10.000
			Prejuízo acumulado		(1.072)
			Reserva de capital		20
			Total do passivo e patrimônio líquido		14.942
Total do ativo		14.942			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Vivo Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Vivo Pay SCD” ou “Companhia”) foi constituída em 30 de setembro de 2024, com a finalidade de realizar operações de crédito e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, utilizando recursos financeiros de capital próprio. Em 2 de setembro de 2024, a Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil (“BACEN”) para operar como Sociedade de Crédito Direto (“SCD”), conforme a Resolução 5050/21.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não tendo realizado operações de crédito ou outras atividades financeiras no período, exceto pelas aplicações financeiras em Títulos e Valores Mobiliários (“TVM”). A receita financeira gerada foi suficiente para cobrir parcialmente os custos iniciais, que incluem a estruturação da plataforma e adequação às exigências regulatórias.

A Vivo Pay SCD é controlada pela Vivo Pay Holding Ltda. (“Vivo Pay Holding”), que detém 99,99% das ações ordinárias da Companhia.

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas pelo BACEN, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a companhia, na elaboração das suas informações contábeis, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos:

CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.924/21 2.

CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/21 3.

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16 4.

CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/20 5.

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16 6.

CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionada - Resolução CMN nº 4.818/20 7.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Resolução CMN nº 4.732/18 8.

CPC 08 (R1) - Combinação de Negócios - Resolução CMN nº 4.730/18 9

CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11 10.

CPC 12 (R1) - Contabilização de Impostos sobre a Renda - Resolução CMN nº 4.860/20 11.

CPC 13 (R1) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Resolução CMN nº 4.860/20 12.

CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.924/21 13.

CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 4.818/20 14.

CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09 15.

CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 16.

CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20 17.

CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/20 18.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.924/21

3. Políticas Contábeis Materiais
3.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real (R\$).

3.2 Classificação Circulante e Não Circulante

O ativo é classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade; (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou (d) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

O passivo é classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou (d) a entidade não tem o direito no data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a referida data.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

3.4 Instrumentos Financeiros

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos e possui concentração de risco de crédito principalmente em caixa e equivalentes de caixa, sendo a gestão do risco de crédito realizada por meio da diversificação em bancos de primeira linha.

A receita financeira foi originada de aplicações em TVM, com o objetivo de gerar rentabilidade sobre o capital alocado.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.6 Ativos e Passivos Contingentes

Não existem ativos ou passivos contingentes significativos no período.

3.7 Receitas e Despesas

Representam juros decorrentes de aplicações financeiras e ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

3.8 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

A Empresa ou suas controladas não possuem acordos de financiamento com fornecedores.

4. Caixa e equivalência de caixa

	31/12/2024
	14.942
	4.942
	10.000
	14.942

Banco conta movimento

Aplicações Financeiras (a)

Total

(a) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs que são remunerados a taxas que equivalem a 94% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos remanescentes em conta corrente são direcionados para aplicação automática no final do dia com liquidez imediata e não possuem carência.

5. Patrimônio Líquido
(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Vivo Pay SCD é de R\$4.700, dividido em 4.700.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Capital social em aprovação

Em 30 de dezembro de 2024 foi realizado um aumento de capital de R\$ 10.000.000,00 aprovado internamente, mas que ainda está sujeito à aprovação pelo Banco Central do Brasil, não fazendo parte do Patrimônio Líquido até a aprovação.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2024, a Vivo Pay SCD possui uma Reserva de Capital de R\$20.601,02 Este valor foi constituído conforme estabelecido no art. 182 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), originado de sua integralização de capital. A reserva de capital não está sujeita a distribuição de dividendos e será utilizada conforme a necessidade e a deliberação dos sócios/acionistas, respeitando as disposições legais e estatutárias.

6. Receita com Títulos e Valores Mobiliários

Receita com TVM ⁽¹⁾	333
total	333

⁽¹⁾ Receita proveniente do resgate do capital social aplicado em títulos públicos.

7. Partes relacionadas

Passivo	31/12/2024
Telefônica Brasil	
Passivo	
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(383)
Fornecedores - Licenciamentos de sistemas	(799)
Fornecedores - Serviços especializados	(27)
Total	(1.209)

(a) A Companhia firmou contrato com a Telefônica Brasil S.A. para repasses e rateio de custos relacionados a serviços compartilhados. Os pagamentos devidos serão realizados conforme os termos contratuais, que seguem as condições de mercado, e estão em conformidade com as normas contábeis e regulatórias.

8. Despesas administrativas

	31/12/2024
Serviços de terceiros - Serviços técnicos especializados	(92)
Serviços de terceiros - Licenciamento de sistemas	(799)
Total	(891)

9. Despesas com pessoal

	31/12/2024
Pessoas ⁽¹⁾	(383)
Total	(383)

⁽¹⁾ Maior detalhamento para essa despesa estão descritos na nota 8

10. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2024
(Prejuízo) antes dos tributos	(972)
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	330
Diferenças permanentes e temporárias	
Ativo Diferido não constituído - diferenças temporárias	(433)
Outras (adições) exclusões	3
Despesa tributária	(100)
Alíquota efetiva	-10%
IRPJ e CSLL corrente	(100)
IRPJ e CSLL diferido	-

11. Nota Explicativa - Gerenciamento de Riscos
(a) Risco de Mercado

Até o momento, a Companhia não apresenta exposição significativa aos riscos de mercado. Contudo, a Administração reconhece que, com o início das operações, a Companhia estará sujeita a riscos associados a

DIRETORIA

Ricardo Guilherme Hobbs
Diretor Presidente

Rodrigo Rossi Monari
Diretor Financeiro

Carlos Cesar Mazur
Contador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Vivo Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vivo Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vivo Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Período findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		333
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	333
RESULTADO BRUTO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		333
DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS		(1.305)
Despesas gerais e administrativas	7/8	(1.274)
Outras despesas operacionais		(31)
RESULTADO OPERACIONAL		(972)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(972)
Imposto de renda e contribuição social	10	(100)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.072)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Período findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2024
PREJUÍZO DO PERÍODO	(1.072)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	-
RESULTADO ABRANGENTE	(1.072)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(972)
Ajustes ao prejuízo do período	-
Varição de ativos e passivos	-
Pessoas	383
Serviços de terceiros - Serviços técnicos especializados	92
Serviços de terceiros - Licenciamento de sistemas	799
Imposto de Renda e Contribuição social pagos	(80)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	222
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Aumento de capital	10.000
Integralização de capital	4.700
Reserva de Capital	20
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	14.720
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	14.942
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	14.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Capital social em aprovação	Reserva de Capital	Prejuízo acumulado	Total
Capital Social	4.700	-	(4.700)	-	-
Integralização de Capital Social - 26/11/2024	-	-	4.700	-	4.700
Aumento de Capital Social - 30/12/2024	-	10.000	-	-	10.000
Reserva de Capital	-	-	20	-	20
Prejuízo do período	-	-	-	(1.072)	(1.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.700	10.000	20	(1.072)	13.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

flutuações nas taxas de juros e inflação. Para mitigar esses riscos operando como uma SCD, a Companhia compromete-se a implementar políticas de forma estruturada, antes do início das operações, incluindo a utilização de instrumentos financeiros e o monitoramento contínuo dos cenários econômicos, visando reduzir os impactos adversos nas operações futuras e garantir o equilíbrio financeiro.

(b) Risco de Crédito

Na fase atual, pré-operação, a Companhia não possui transações com clientes ou fornecedores, portanto não há exposição ao risco de crédito. Entretanto, com o início das operações de produtos de crédito, a Administração compromete-se a implementar rigorosas políticas de análise de crédito antes do início das operações de produtos de crédito, junto às metodologias e manuais operacionais para mitigar potenciais perdas com inadimplência. A Companhia também adotará práticas de monitoramento contínuo das contrapartes, além de utilizar garantias conforme necessário e seguindo os requisitos regulatórios.

(c) Risco Operacional